A vida: sentença de morte?

Um filósofo nazista, Martin Heidgger, definiu a vida como uma preparação para a morte. Falando das nossas vidas, de hoje, ele não estava tão enganado: os dias se sucedem sem que a gente tenha a menor vontade de viver. Quando, lá na frente, a morte se torna uma realidade mais próxima, parece que a vida passou sem ser vivida. Acordamos todas as manhãs sem muita vontade de sair da cama, ir para o emprego ou a escola, voltar para casa e dormir para enfrentar, no dia seguinte, a mesma rotina modorrenta. A vida não tem aventura, não tem emoção – essa vida não tem graça de ser vivida. O que a vida tem de sobra é uma luta desesperada e constante de todos contra todos por um "lugar ao sol": no emprego, na escola, na praia, no restaurante, no cinema, no ônibus, na fila do SUS, tudo é competição e disputa. Tal como a vida está, hoje, não parece ir muito além de uma "sentença de morte": estamos todos condenados a morrer, e a vida não nos dará muito mais do que isso.

Isso é negativismo e pessimismo demais! Pode até ser. Há muitas pequenas coisas na vida que são incríveis – e são mesmo. Aqueles que amamos, as relações familiares, os lugares que gostamos, as músicas que nos deleitam –o pôr do sol, o canto dos passarinhos e os chiados dos macaquinhos na mata. A bruma dos dias de inverno e o sol escaldante do céu azul do verão! O cheiro do café logo que acordamos e o aconchego da cama depois de um dia cansativo. Tudo isso existe, e muito mais. Mas essas coisas não cancelam o fato de que, se pudéssemos alterar a vida, a maior parte de nós escolheríamos por muda-la muito profundamente. Nenhum de nós, podendo escolher, optaria pela vida que atualmente desfrutamos.

A insatisfação é geral. Não é um problema individual, que se possa resolver com algumas pílulas contra depressão ou com algumas sessões de terapia. O suicídio está matando mais gente, mundo afora, que as guerras – e cresce mais entre os jovens de 17 a 25 anos e entre os ricos de boa formação intelectual acima dos 50 anos. A primeira causa da perda de dias de trabalho, nos EUA, é a depressão. No Brasil, é a segunda. Há tal distância entre o que todos nós queremos e precisamos fazer de nossas vidas, e o que a sociedade possibilita, que a infelicidade generalizada é um fato social.

A vida poderia ser diferente?

Vamos começar com fatos econômicos, reais, mensurados quantitativamente – que, portanto, não dependem nem da opinião, nem do gosto ou dos valores mais ou menos conservadores, nem da posição política.

A história da humanidade tem sido, com altos e baixos, avanços e recuos, também o desenvolvimento das capacidades humanas em tirar da natureza o que precisamos para sobreviver. Entre tudo o que precisamos para sobreviver, o que é imprescindível são os alimentos, as roupas, os abrigos, a energia e, também as ferramentas, fábricas, máquinas, etc., isto é, os meios de subsistência e os meios de produção. Sem eles, não há qualquer vida humana possível. Por isso, transformar a natureza nos meios de produção e de subsistência é uma "necessidade natural, eterna" do ser humano. A capacidade humana de transformar a natureza nos meios de produção e de subsistência é denominada de forças produtivas.

Pois bem, a história da humanidade tem sido também (portanto, não apenas) o desenvolvimento das forças produtivas. Nas primeiras sociedades, coletávamos da natureza o que já estava mais ou menos pronto para nosso consumo. As forças produtivas eram tão parcamente desenvolvidas que o que produzíamos mal dava para viver. A morte chegava mais cedo, fome era constante e dependíamos do ciclo da natureza para sobreviver.

As coisas se alteraram bastante quando descobrimos a agricultura e a pecuária. Com elas passamos a organizar as forças da natureza para produzirem o que nós necessitamos. No período primitivo a coleta dos produtos naturais consumia quase a totalidade da vida das pessoas; desde a mais tenra idade, até o túmulo, a atividade cotidiana decisiva era encontrar o alimento para a próxima refeição. Com a agricultura e a pecuária essa situação se alterou. Era agora possível trabalhar bem menos, ter dias de festas, banquetes e festivais para adoração aos deuses. As forças produtivas se desenvolviam e os humanos precisavam dedicar cada vez menos de suas vidas para tirar da natureza os meios de produção e de subsistência.

Mas as coisas se alteraram, de verdade, com a Revolução Industrial, que se iniciou na Inglaterra no final do século 18. As Grandes Navegações (séculos 15 e 16) deram origem ao mercado mundial. Na Inglaterra, a produção de tecidos para abastecer o novo mercado levou à substituição da agricultura pela criação de carneiros, desempregando milhares de camponeses. E, ainda na Inglaterra, os burgueses acumularam tal riqueza com o comércio mundial que possuíam os recursos imprescindíveis a investir na substituição da força do músculo humano pela força das máquinas na movimentação das ferramentas.

O mercado mundial requeria uma produção em larga escala; a burguesia inglesa tinha os recursos necessários e, os camponeses expulsos do campo pelos carneiros, eram uma força de trabalho numerosa e barata. Assim veio a ser a Revolução Industrial: as máquinas passaram a movimentar ferramentas gigantescas que, antes, a força do corpo humano nunca poderia movimentar. O resultado foi fantástico: pela primeira vez a humanidade passou a produzir mais do que todos, no planeta, necessitamos para ter uma vida muito boa.

A miséria estaria, se fôssemos razoáveis, com os dias contados. Mais ainda: com o desenvolvimento da tecnologia e do maquinário, poderíamos trabalhar cada vez menos, pois a capacidade produtiva só faz aumentar.

Se fôssemos razoáveis! Infelizmente, não somos.

Todos sabemos que, do modo como estamos produzindo, estamos destruindo a natureza e o planeta. Não podemos – na verdade, não precisamos – produzir tanto.

O que nem todos sabem é que, se todos os humanos maiores de 21 e com menos de 50 anos, trabalhassem na produção dos meios de produção e de subsistência, teríamos que trabalhar apenas 17 minutos por dia para produzir o excesso que hoje produzimos. Ou seja, teríamos que trabalhar 8 horas a cada 80 dias, aproximadamente. Isto, já descontados uma licença maternidade de 4 anos, uma licença paternidade de 3 anos e a ausência por doença ao menor sintoma.

Se fôssemos de fato razoáveis, poderíamos trabalhar menos de 8 horas em 80 dias, pois iríamos produzir bem menos do que hoje e, ainda, viveríamos muito melhor.

Por que não somos razoáveis?

Porque não produzimos para viver; vivemos para produzir; produzimos para gerar lucros, não para atender às necessidades da humanidade.

Como é o mercado que organiza a distribuição dos meios de produção e de subsistência, apenas serão produzidos os produtos que podem ser vendidos com lucro para seus proprietários. Esses produtos que serão distribuídos pelo mercado são as mercadorias. Para que as mercadorias sejam vendidas com o maior lucro possível, ao patrão interessa pagar o menor montante possível de salários. Por isso, emprega o menor número possível de trabalhadores e os faz produzir o máximo que conseguir. O desemprego é inevitável, já que a capacidade produtiva aumenta muito mais rapidamente que o consumo.

Por essa razão, quem está empregado trabalha ao redor de 40 horas por semana – e os patrões de tudo fazem para tirar a maior produção possível dessas horas de trabalho. Impõem aos trabalhadores um ritmo e uma intensidade de trabalho que destrói a saúde física e mental. Trabalha-se cada vez mais, se produz cada vez mais – e se emprega cada vez menos.

Essa é a primeira causa fundamental de não sermos razoáveis: produzimos para o lucro porque é o mercado que organiza a distribuição dos meios de produção e de subsistência.

Somos tão pouco razoáveis – quase ia dizendo, somos tão malucos – que nos parece inteiramente justificável que produzamos armamentos que apenas servem para matar a nós próprios! Não nos causa espanto que, no século 20, a produção legal de armamentos (portanto, sem considerar as verbas secretas) tenha consumido duas vezes mais riqueza do que o que foi gasto para adaptar o planeta aos carros (desde as indústrias automobilísticas e auto-peças, desde a produção de borracha, plásticos, vidros, metais, passando pela produção de lubrificantes e combustíveis e, somando, ainda, todos os gastos para construção de estradas, avenidas, estacionamentos, ruas, garagens, ferros-velho, postos de gasolinas e oficinas mecânicas, etc.). Imaginem o que poderíamos ter feito com essa riqueza toda! A pobreza ou as moradias de baixa qualidade seriam coisa do passado!

A segunda causa fundamental de não sermos razoáveis está no fato de que, embora produzamos para o mercado, o mercado já não mais funciona como um meio eficiente de distribuição do produzido. Desde o final da Revolução Industrial, em 1830, até hoje, 2013, já se passaram 183 anos. Nesse tempo todo, vivemos mais anos de crise do que de prosperidade econômica.

Se fosse para o capitalismo dar certo, já se foi tempo suficiente para todas as tentativas de ajustá-lo. O desajuste fundamental está na situação econômica que surgiu com a própria Revolução Industrial: como mencionamos, passamos a produzir mais do que a humanidade necessita. O mercado simplesmente não funciona em uma situação em que a oferta é maior do que a procura. Quando isto ocorre, os preços caem, os lucros despencam e – já que produzimos para ter lucro e não para atender às necessidades humanas – a produção se interrompe, matérias-primas e energia são perdidas, o desemprego se eleva, a miséria cresce e assim por diante.

Antes da Revolução Industrial, isso não ocorria. As forças produtivas ainda não haviam crescido o suficiente para produzirmos mais do que o necessário. A oferta, por isso, tendia ser menor do que a procura e os preços eram lucrativos. Passada a Revolução Industrial, passamos a viver precisamente o inverso: a produção tende a ser maior do que a procura. A distribuição pelo mercado deixa, então, de funcionar. De um lado, os consumidores precisam dos produtos mas, como os preços caíram, a produção não acontece. Do outro lado, as fábricas e as fazendas podem e precisam produzir, todavia, mas os preços "não compensadores" impedem que o façam. Nem se produz, nem se consome – ainda que se necessite produzir e consumir.

Como o mercado não funciona mais como distribuidor da produção, o resultado é uma crise econômica sem fim (a crise estrutural do capital), desemprego crescente para muitos e, para os poucos que ainda não perderam seus empregos, condições de vida e trabalho cada vez mais desumanas.

Por que não somos razoáveis? Por que, ao invés de 40 horas por semana em vasto desemprego, não trabalhamos apenas 8 horas a cada 80 dias? Por que não trabalhamos cada vez menos conforme se desenvolvem a tecnologia, a ciência, etc.? Em uma palavra: por que produzimos mercadorias em uma sociedade na qual o mercado já não mais funciona.

Caso queiramos uma vida humana, em que nossas necessidades sejam atendidas e em que o planeta não seja destruído, só há alternativa: precisamos deixar de produzir mercadorias para produzir o que de fato é humanamente necessário. O mercado não tem conserto, vai ser sempre o império do lucro – produzir mercadorias não tem conserto: vai ser sempre o lucro no lugar do humano, vai exigir sempre o mercado para a distribuição do produzido.

O que pode substituir o mercado?

O trabalho associado.

Uma sociedade em que todos trabalhem, a princípio (porque tenderá a diminuir com o tempo) 8 horas a cada 80 dias, abre novas possibilidades ao desenvolvimento humano.

Em primeiro lugar, como todos trabalham, a hierarquia no local de trabalho já não é mais possível. Não há patrões que vivem da riqueza produzida pelos trabalhadores. A humanidade não se dividirá em trabalhadores e patrões – a rigor, não haverá nem o primeiro nem os últimos. Seremos, todos, humanos – apenas.

Sem a produção hierarquicamente organizada, todos terão o mesmo poder, direito e oportunidade de decidir como e o quê será produzido e, a humanidade, consciente, coletiva e universalmente, determinará o quê e o como será produzido. Isso significa que os trabalhadores de cada fábrica (se é que haverá algo semelhante a uma fábrica como hoje conhecemos!) vão determinar seus horários de trabalho, como as pessoas irão colaborar no processo produtivo, como se dará o intercâmbio de produtos com o restante da economia (energia, matérias-primas, etc.) Em uma unidade produtiva, por exemplo, os trabalhadores podem decidir que a metade deles trabalhará dobrado por um ano (ao invés de 8 horas a cada 80 dias, 8 horas a cada 40 dias) para que a outra metade possa tirar um ano de férias e dar a volta ao mundo passando pelos polos norte e sul! No outro ano, caberá à metade que ficou trabalhando o mesmo ano de férias. Isso nada alterará para a humanidade! Ou seja, a coordenação consciente, universal e coletiva da produção apenas será possível desenvolvendo-se a autonomia de cada unidade produtiva. E isso é possível porque, ao não produzirmos mais mercadorias, a jornada de trabalho vai se reduzir ao que é necessário para atender às necessidades humanas: 8 horas a cada 80 dias – no começo da história.

Já que todos produzimos, que todos decidimos como e quê será produzido – já que produzimos para nós e não para o mercado – o dinheiro vai se transformar em peça de museus. Nossas crianças se espantarão e, certamente vão demorar a acreditar (possivelmente, nunca entenderão!) como fomos estúpidos o suficiente para nos matar aos milhões pela mísera posse desses papeizinhos coloridos. Quem precisa, consome o que precisa. O que precisamos, coletivamente, produzimos. As coisas não mais encarnarão o poder econômica de fazer seu proprietário mais do que o não-proprietário. Na prática, a produção será totalmente colocada em super-galpões (não mais super-mercados!) abertos 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano. Quem precisar, pega o que lhe falta. Sem caixas, sem vigias, sem sistemas de segurança: sem dinheiro.

Como o que consumimos é o que nós decidimos produzir e do modo como decidimos fazê-lo, o produto agora é parte do nosso trabalho. Nossa relação com os produtos do trabalho se altera: se desperdiçarmos ou perdulariamente destruirmos o produzido, precisaremos trabalhar, coletivamente, mais. Consumir deixa de ter a função de *status* para cumprir apenas a função básica de reproduzir a vida humana.

A administração pública torna-se muito mais simples: vamos administrar as coisas, não mais as pessoas. O trabalho deixa de ser o local e o momento em que somos explorados, para se converter no ato coletivo e voluntário pelo qual construímos coletivamente nosso destino comum como humanidade. Associando-nos todos para produzir, superamos o trabalho explorado, alienado, dos nossos dias, e o substituímos pelo trabalho associado: coletiva, universal e livremente a humanidade decide o quê e o como deverá ser produzido.

A consequência imediata: a redução brutal da jornada de trabalho, uma sociedade na qual os indivíduos são de fato sujeitos da história (já que participam da determinação do que e do como será produzido) e, portanto, uma sociedade que não é a arena em que todos lutam contra todos, como é hoje em dia. A consequência quase imediata: o fim do dinheiro e do mercado. O fim da produção ordenada hierarquicamente pelos patrões: o fim das classes sociais.

Isso é o comunismo: uma sociedade em que todos produzem da forma como livre e coletivamente determinaram. Por isso, o que houve na União Soviética e o que temos hoje em países como a China, está longe de ser o comunismo; foi apenas uma nova forma da produção ordenada pelo mercado, da produção de mercadorias e, não, a produção para atender às necessidades humanas.

Como chegar lá?

A revolução é o caminho para se chegar lá.

A classe dominante, os burgueses de todos os tipos, se organizaram para aplicar a violência sempre e da maneira que for necessário para manter os trabalhadores produzindo o lucro que lhes cabe. Isso pode ser constatável no dia a dia. Nossa casa é assaltada, ou um amigo ou parente é assassinado e, na enorme maioria das vezes, a polícia "carece dos meios" para defender-nos. Mas basta uma manifestação ou uma greve mais dura de trabalhadores, basta os sem-teto ocuparem um terreno baldio ou um prédio abandonado, para que a repressão tenha tudo o que necessita para ser eficiente na defesa dos poderosos. A justiça é lenta, todos sabemos, menos quando se trata de defender a propriedade dos burgueses.

Não há como alterarmos a produção sem alterarmos a forma da propriedade. Temos que passar da atual propriedade privada para a propriedade coletiva, social – isto é, para que a totalidade dos meios de produção de subsistência seja propriedade da totalidade da humanidade. Estamos falando muito mais do que as atuais cooperativas de trabalhadores, que nada mais são que formas atenuadas de sociedades anônimas. Referimo-nos à que a totalidade da produção apenas pertencerá a todos – e, portanto, todos apenas participarão voluntaria e conscientemente na produção – se ela for propriedade universal da totalidade da humanidade.

A burguesia empregará toda a violência que puder – toda a força do Estado – para manter a sua propriedade privada. Por isso a revolução é imprescindível: apenas por um ato de força como resposta à força desencadeada pela burguesia, será possível passar da propriedade privada para a propriedade social dos meios de produção e de subsistência.

Tornando a coisa mais concreta:

1. Precisamos atacar o centro da força da classe dominante: a produção da sua propriedade privada. Grandes manifestações apenas terão força revolucionária se forem capazes de interromper a produção.
2. Precisamos atacar o centro do poder das classes dominantes: a polícia e o exército, o Estado e a burocracia. Esse é um confronto que envolve força – e, aqui, o número conta. Mas, também, envolve a luta política: em todas as revoluções, os policiais, a partir de um determinado patamar de pressão das massas revoltosas, fogem da luta e, os soldados, passam para o lado da revolução.
3. É preciso substituir o governo das classes dominantes por um governo da totalidade dos trabalhadores revolucionários. Os representantes devem ser eleitos por suas bases, podendo ser por elas removidos a qualquer instante. O poder de executar e o poder de decidir devem ser concentrados em um único corpo governamental. Todos devem receber o mesmo que todos os trabalhadores. E, ainda, o exército profissional deve ver substituído pelos trabalhadores em armas, pelas milícias revolucionárias.
4. Nas unidades produtivas, os trabalhadores devem tomar o controle e exercer sua autonomia imprescindível para uma nova coordenação da totalidade da produção da sociedade. A redução da jornada deve ser imediata; os recém-desempregados devem ser chamados de volta aos seus antigos empregos ajudando a reduzir ainda mais a jornada. E, os desempregados, devem ser acolhidos nas unidades produtivas para serem treinados e incorporados à produção o mais rápido possível, reduzindo ainda mais a jornada de trabalho.
5. Uma vez superada a confusão e desorganização inerentes à toda revolução, devemos iniciar a organização da totalidade da produção, de modo a atender de modo cada vez melhor as necessidades de todos e, ao mesmo tempo, reduzirmos ainda mais a jornada de trabalho. Isso será possível também porque a produção de armamentos, de inseticidas maléficos à humanidade, de quinquilharias que nada mais servem que ao lucro, será muito rapidamente interrompida. A força de trabalho hoje empregada na emissão de passaportes, certidões de nascimento, carteiras de identidade e de eleitor, controle das aposentadorias, departamento de pessoal das empresas – bem como toda burocracia estatal – será liberada para ser empregada na produção. Uma brutal redução da jornada de trabalho – em uma cidade como São Paulo, por exemplo, simplesmente ocupar os hoje desempregados reduziria a jornada para 20 horas semanais, segundo Marcio Pochman – é algo que pode ser alcançado já nos primeiríssimos momentos da revolução.
6. Terá, então, início o reino da liberdade: para além do trabalho que, mesmo associado, livre, conscientemente organizado pela totalidade da humanidade, será sempre a esfera de atividades em que faremos o que é necessário para nossas vidas. Para além do trabalho é que começa a verdadeira liberdade humana. Ela só poderá existir sendo comum para todos os humanos: daí o nome de comunismo para denominar a nova forma de sociedade.

Heidegger, estando certo, estava errado. A vida no capitalismo é mesmo uma "sentença de morte". Mas ela não precisa ser sempre assim: podemos e precisamos superar o capitalismo e substitui-lo pelo comunismo. Por isso a revolução é necessária. E é aqui que Heidegger e os fascistas se enganaram.